

SUMÁRIO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL	71
1. Direito civil: origens e funções contemporâneas	71
2. Para onde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil	72
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais	74
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo	77
3. Um início de século marcado por mudanças	79
3.1. Mudanças na parte geral	80
3.2. Mudanças no direito contratual	83
3.3. Mudanças no direito de propriedade	87
3.4. Mudanças no direito das famílias	88
3.5. Mudanças na responsabilidade civil	92
3.6. Mudanças no direito das sucessões	96
4. Características do direito civil no século XXI	97
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil	98
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas	99
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos	101
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos	102
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?	103
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis	104
4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais	105
4.7. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções	107
4.8. Distinção entre interesse estatal e interesse público (e o questionamento da supremacia do interesse público sobre o particular)	109
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado	110
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade	112
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações	113
4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções	114
4.13. A função social no direito civil	116

4.13.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	118
4.13.2. Planos de saúde: um breve olhar sobre a experiência brasileira.....	118
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos.....	124
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil.....	125
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015.....	125
4.15. Diálogo das fontes.....	126
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo.....	130
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais.....	131
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado.....	134
4.19. Direito civil e novas tecnologias.....	135
4.19.1. O direito fundamental à proteção de dados.....	136
4.19.2. A economia do compartilhamento (<i>sharing economy</i>).....	137
4.19.3. Personalidade às máquinas com inteligência artificial?.....	138
4.19.4. A questão dos veículos autônomos.....	138
4.19.5. Presença digital também é presença.....	138
4.19.6. Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e <i>fake news</i>	139
4.20. Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas.....	139
4.20.1. <i>Blockchain</i>	139
4.20.2. Bitcoin.....	140
4.20.3. Ethereum e outras criptomoedas.....	141
4.20.4. Finanças descentralizadas (DeFi).....	141
4.20.5. <i>Smart contracts</i>	141
4.20.6. NFTs.....	142
4.20.7. Metaverso.....	142
4.20.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso.....	142
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	144
1. Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil.....	144
1.1. O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo.....	146
1.2. O que faz parte do direito civil atualmente?.....	146
1.3. O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade.....	147
2. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro.....	149
2.1. Antiga e atual denominação: fundamentos e razões.....	150
2.2. O que são normas de <i>sobredireito</i> ?.....	151
2.3. Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes.....	151
2.4. “Princípios gerais do direito” é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?.....	153
2.5. Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	153
2.6. A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração.....	154
2.7. Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro.....	156
2.8. Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal.....	160
2.8.1. Critérios gerais.....	160
2.8.2. Irretroatividade e leis de ordem pública.....	161
2.8.3. Direito adquirido e constituinte originário.....	162
2.8.4. Direito adquirido e constituinte derivado (emendas).....	162
2.8.5. A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada.....	162
2.9. Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei.....	162
2.9.1. Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada.....	164
2.9.2. Sentença estrangeira e o <i>exequatur</i> do STJ.....	164
2.9.2.1. Laudo arbitral estrangeiro exige o <i>exequatur</i> ?.....	165
2.9.2.2. Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiásticos.....	166
2.9.3. Prova de fatos ocorridos no exterior.....	166
2.9.4. Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	166
2.9.5. Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015.....	166
3. As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo.....	167

PARTE GERAL

1. DIREITOS DA PERSONALIDADE	171
1. Dos bens materiais aos bens imateriais	171
2. A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror	172
3. Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo	173
3.1. As múltiplas dimensões normativas da dignidade	173
4. As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas	174
5. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos	174
5.1. Discriminação de fato e discriminação indireta (teoria do impacto desproporcional)	175
6. Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual	176
6.1. Direito à integridade física	177
6.1.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal	177
6.1.2. A questão do consentimento informado	178
6.1.3. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador	179
6.1.4. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue	179
6.1.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos	180
6.1.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro	180
6.1.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada	181
6.2. Direito à integridade psíquica (moral)	182
6.2.1. Direito à imagem	182
6.2.1.1. O caráter autônomo do direito à imagem	183
6.2.1.2. O caráter uno do direito à imagem	183
6.2.1.3. O caráter <i>in re ipsa</i> do direito à imagem	183
6.2.1.4. A análise da função social da imagem	183
6.2.1.5. Parâmetros de ponderação	184
6.2.1.6. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	186
6.2.2. Direito ao nome	189
6.2.2.1. As funções do nome	190
6.2.2.1.1. O nome como direito da personalidade	190
6.2.2.1.2. O nome como sinal designativo	191
6.2.2.2. A simplificação operada pelo Código Civil	191
6.2.2.3. Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome	191
6.2.2.3.1. Erro gráfico evidente	191
6.2.2.3.2. Prenomes ridículos	192
6.2.2.3.3. Adoção	192
6.2.2.3.4. Apelidos públicos notórios	192
6.2.2.3.5. Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes	193
6.2.2.3.6. Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos	193
6.2.2.3.7. Naturalização do estrangeiro	193
6.2.2.3.8. Cirurgias de redesignação sexual	193
6.2.2.4. O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta	194
6.2.2.5. Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome	195
6.2.2.6. Questões atuais relativas ao nome	195
6.2.2.6.1. O nome e a multiparentalidade	195
6.2.2.6.2. O nome social	195
6.2.2.6.3. O direito ao nome e as inovações da Lei n. 14.382/2022	196
6.3. Integridade intelectual	197
6.3.1. Direitos patrimoniais do autor	197
6.3.2. Direitos extrapatrimoniais do autor	198
6.3.3. Questões atuais relativas ao tema	198
6.3.3.1. Biografias não autorizadas	198
6.3.3.2. <i>Hate speech</i>	200

7.	A opção prioritária pela tutela preventiva	201
7.1.	O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	202
7.2.	Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta	202
7.3.	A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	203
8.	Quais as (reais) características dos direitos da personalidade?	203
8.1.	A dupla inerência dos direitos da personalidade.....	205
8.2.	A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição.....	205
9.	Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico-jurisprudencial	205
10.	Deveres de proteção por parte do Estado.....	206
11.	Outras questões polêmicas.....	207
11.1.	Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?.....	208
11.2.	Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	209
11.2.1.	Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017)	210
12.	A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	210
12.1.	As múltiplas fontes de informação: interações em rede	211
12.2.	Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos	211
12.2.1.	As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?.....	211
12.2.2.	Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos.....	212
12.2.3.	A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	213
12.2.4.	O direito de resposta como tutela específica	213
12.2.4.1.	A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	214
12.2.5.	Quem responde por danos causados através da imprensa?.....	214
12.2.5.1.	Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	215
12.2.5.2.	Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	215
13.	Contextualizando o uso da imagem alheia	215
13.1.	Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	215
13.1.1.	A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	216
13.2.	O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido	216
13.3.	Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	216
13.3.1.	Consentimento para captação não é consentimento para publicação	217
13.4.	Fotos de multidões e direito à imagem.....	217
13.5.	Imagens de crianças e adolescentes	218
13.6.	Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	218
2.	UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO.....	219
1.	Direitos que estão na pauta do século XXI	219
1.1.	Direito à identidade sexual.....	219
1.2.	Direito à autodeterminação informativa e <i>paper less society</i> : entre o mundo físico-convencional e o mundo digital	220
1.3.	Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	222
1.4.	Direito de não saber	224
1.5.	Direito ao esquecimento	225
1.6.	Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	226
1.7.	Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i>	227
1.8.	Direito de não nascer? Um tema mal colocado.....	227
1.9.	Direito ao tempo útil (e outras formulações como a teoria do desvio produtivo).....	228
2.	O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	229
2.1.	Questões relativas aos dados genéticos.....	229
2.2.	Bioética e autonomia do paciente	230
2.2.1.	A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	230
2.3.	Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia	231
2.4.	Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	232
2.5.	Um novo olhar para os riscos.....	233
3.	O diálogo intergeracional: olhando para o futuro	235

4.	Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas.....	235
4.1.	A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério.....	236
4.2.	Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	237
4.3.	Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial	237
4.4.	Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes.....	237
4.4.1.	Poderes públicos.....	238
4.4.2.	Poderes privados	238
5.	Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis	239
5.1.	Constitucionalização e convencionalização do direito civil	240
6.	Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil	240
7.	A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos casos extremos	241
8.	Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	242
9.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	243
3.	PERSONALIDADE CIVIL	247
1.	Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	247
2.	Quando tem início a personalidade?.....	248
2.1.	A questão do nascituro: três teorias explicativas.....	249
2.1.1.	Teoria concepcionista.....	249
2.1.1.1.	O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento	250
2.1.1.2.	Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais	250
2.1.2.	Teoria natalista	251
2.1.3.	Teoria da personalidade condicional.....	251
2.2.	Há relevância pragmática na distinção?	251
2.3.	O início da personalidade de acordo com o Código Civil	252
3.	O caráter juridicamente singular do embrião.....	252
3.1.	A situação do embrião antes da implantação no útero.....	252
3.2.	A situação do embrião depois da implantação no útero	253
3.3.	A decisão do STF sobre as células-tronco embrionárias	253
4.	O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	254
5.	Um novo olhar para os animais?.....	254
5.1.	Há dignidade para além do ser humano?	255
5.1.1.	Duas visões teóricas.....	256
5.1.2.	Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade	256
5.2.	Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF.....	257
6.	Fim da personalidade da pessoa humana	258
6.1.	Morte real	258
6.2.	Morte civil	258
6.3.	Morte presumida	259
6.3.1.	Morte presumida sem decretação de ausência	259
6.3.2.	Morte presumida com decretação de ausência	259
6.4.	Comoriência	259
7.	Ausência.....	260
7.1.	Quem é ausente para o direito civil?.....	260
7.1.1.	Legitimação ativa, curador e foro competente	260
7.1.2.	Fundamento do instituto da ausência.....	261
7.2.	As três fases da ausência	261
7.2.1.	Curadoria dos bens do ausente	261
7.2.2.	Sucessão provisória	262
7.2.3.	Sucessão definitiva	262
7.3.	A ausência no CPC/2015.....	262

4. A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES	263
1. Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	263
1.1. Entre a vida e as regras.....	263
1.2. O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas	263
1.3. Um triste passado: vidas confiscadas.....	264
1.4. A capacidade como direito fundamental	265
2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).....	266
3. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	266
3.1. Dois modelos jurídicos.....	266
3.1.1. Deficiência sem curatela.....	266
3.1.1.1. Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada	267
3.1.2. Deficiência com curatela	267
3.1.2.1. O perfil funcionalizado da curatela	267
3.1.2.2. A curatela no CPC/2015.....	268
4. Um Código Civil de outro tempo?	268
4.1. Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil	269
4.2. Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades	270
4.3. Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e idosos	270
4.3.1. Idosos: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada.....	270
4.3.2. Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento)	271
5. CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL.....	273
1. Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem.....	273
1.1. Existe incapacidade de direito?	273
2. Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa	274
2.1. Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes	274
2.1.1. Representantes	274
2.1.2. Assistentes	275
3. Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir.....	275
3.1. Incapacidade absoluta	275
3.1.1. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos	275
3.1.2. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.	275
3.2. Incapacidade relativa	275
3.2.1. Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	275
3.2.2. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.....	276
4. Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil.....	276
4.1. Incapacidade absoluta	276
4.1.1. Menores de 16 anos	276
4.1.1.1. Pequenos atos da vida negocial praticados por crianças.....	276
4.1.1.2. <i>Restitutio in integrum</i> e outras situações que beneficiam o incapaz.....	277
4.2. Incapacidade relativa	277
4.2.1. Maiores de 16 e menores de 18	277
4.2.1.1. Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados?	278
4.2.2. Alcoólatras e viciados em drogas.....	278
4.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	279
4.2.4. Os pródigos	279
4.2.5. Hipóteses conexas	280
4.2.5.1. A questão da capacidade dos indígenas.....	280
4.2.5.2. A questão da capacidade dos surdos- -mudos	280
4.2.5.3. Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes.....	280
4.2.5.4. O cidadão condenado criminalmente.....	280

4.2.5.5. O conceito de ilegitimidade no direito material	281
5. A questão da capacidade em diálogo das fontes.....	281
5.1. Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015.....	281
5.2. Capacidade e negócios jurídicos processuais.....	281
5.3. Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções	282
5.3.1. Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade	283
5.4. Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova.....	283
6. Cessação das incapacidades	284
6.1. Emancipação	286
6.1.1. Emancipação voluntária	286
6.1.2. Emancipação judicial	287
6.1.3. Emancipação legal (automática)	287
6.1.3.1. Casamento	287
6.1.3.1.1. Diferença entre autorização para o casamento e emancipação	287
6.1.3.1.2. Há retorno à incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo?	288
6.1.3.2. Exercício de emprego público efetivo	288
6.1.3.3. Colação de grau em curso de ensino superior	288
6.1.3.4. Estabelecimento civil ou comercial e relação de emprego	289
7. Estado da pessoa (<i>status</i>): da estrutura à função	289
7.1. Interdição: uma expressão a ser evitada	290
6. PESSOAS JURÍDICAS.....	291
1. As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	291
2. Quem pode titularizar relações jurídicas?.....	292
3. Início da personificação das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro	292
3.1. Onde realizar o registro?	293
3.2. Necessidade de autorização especial ou de cadastros posteriores à Constituição.....	293
3.3. Ausência e cancelamento do registro	293
4. Características: o que define uma pessoa jurídica?	294
5. As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?	295
6. Entes não personalizados: quem são?.....	295
6.1. Sujeitos de direito que não são pessoas.....	295
6.1.1. Condomínio edilício.....	296
6.1.2. Sociedade não personificada e sociedade irregular	296
6.1.3. Herança jacente e vacante.....	296
6.1.4. Espólio	297
6.1.5. Outras situações possíveis.....	297
7. A teoria do órgão: representação ou apresentação da pessoa jurídica?	297
8. A teoria da aparência	298
8.1. A teoria da aparência <i>versus</i> a teoria <i>ultra vires</i>	299
9. Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	299
9.1. Os chamados danos institucionais	299
10. Desconsideração da personalidade jurídica	300
10.1. Entendendo a desconsideração: a funcionalização do instituto	300
10.2. Distinguindo desconsideração de despersonalização.....	301
10.3. Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação.....	301
10.3.1. Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva	301
10.3.2. CDC e teoria menor.....	302
10.4. Requisitos para a desconsideração.....	302
10.4.1. A desconsideração e a Lei de Liberdade Econômica.....	303
10.4.2. Desconsideração e “sociedades em comum” (sociedade irregular ou de fato)	305
10.5. Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015.....	305
10.6. Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa.....	306
10.7. Outros campos temáticos da desconsideração	307

10.7.1. A desconsideração e as <i>offshore companies</i>	307
10.7.2. A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	307
10.7.3. A desconsideração no âmbito da administração pública	308
10.7.4. A desconsideração e a questão da subcapitalização	308
10.7.5. A desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	308
10.7.6. A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos	309
11. Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	309
11.1. Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação.....	309
11.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	309
11.2.1. Corporações: a prevalência do elemento associativo	310
11.2.1.1. Associações	310
11.2.1.1.1. A questão da exclusão do associado.....	311
11.2.1.1.2. Organizações religiosas e partidos políticos.....	311
11.2.1.1.2.1. É possível o controle de legitimidade das organizações religiosas?.....	312
11.2.1.1.3. As taxas de manutenção e os condomínios de lote	312
11.2.1.2. Sociedades.....	313
11.2.1.2.1. Função social da empresa x função social da propriedade.....	314
11.2.2. Fundações	314
11.2.2.1. As fundações e a atuação do Ministério Público.....	314
11.2.2.2. A questão dos fins das fundações.....	315
11.2.2.3. As fundações podem participar de sociedade?	316
11.2.2.4. A polêmica questão das fundações de direito público	316
11.2.3. O chamado Terceiro Setor.....	316
12. O Estado no século XXI: contextualização	317
12.1. Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	318
12.2. A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira	318
12.2.1. Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	319
12.3. O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado.....	319
13. As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	320
13.1. A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	320
13.1.1. A teoria dos deveres de proteção.....	321
13.1.2. O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	321
13.2. Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	322
13.2.1. O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	322
13.2.1.1. O olhar recente do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	322
14. Agentes públicos: compreendendo a expressão	323
14.1. Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”.....	323
14.2. A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”	324
14.3. É possível propor a ação diretamente contra o agente público?.....	325
14.3.1. A teoria da dupla garantia.....	325
14.3.2. A teoria da inexistência do benefício de ordem.....	325
14.3.3. Visões distintas: STF e STJ.....	325
14.3.3.1. A questão no STJ.....	325
14.3.3.2. A questão no STF.....	326
14.4. Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude.....	326
14.4.1. As inovações do CPC/2015	327
14.5. Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	327
15. Responsabilidade civil do Estado por omissão	327
15.1. Omissão genérica e omissão específica	328
15.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	328
15.3. A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?.....	329
15.3.1. Visões distintas: STF e STJ.....	329

15.3.2.	Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada	329
15.3.3.	Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?	330
15.3.3.1.	A questão no STJ.....	331
15.3.3.2.	A questão no STF.....	331
15.3.4.	O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões.....	332
15.3.5.	Até os subjetivistas estão objetivando?	333
15.4.	Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?	334
16.	Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais	338
16.1.	Responsabilidade civil por atos legislativos	338
16.1.1.	Imunidade parlamentar e questões conexas	339
16.1.2.	O dever de indenizar e as leis.....	340
16.1.2.1.	Leis inconstitucionais.....	340
16.1.2.2.	Leis constitucionais.....	340
16.1.3.	Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema.....	341
16.2.	Responsabilidade civil por atos judiciais	342
16.2.1.	A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?.....	342
16.3.	Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?	343
16.3.1.	Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco	343
17.	Outras questões	344
17.1.	Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016.....	344
17.2.	Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?)	347
17.2.1.	Direito ou dever do Estado?.....	347
17.2.2.	A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	348
17.2.3.	Há prazo prescricional para a ação de regresso?.....	348
17.2.3.1.	Overruling: a nova compreensão do STF sobre o tema	349
17.3.	Prescrição: polêmicas e definições.....	350
17.4.	A questão da denúncia da lide	351
17.5.	Danos multitudinários: visão atual do problema.....	351
17.6.	A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes	353
7.	DOMICÍLIO	355
1.	Contextualização e importância.....	355
2.	Conceito de domicílio	356
2.1.	Domicílio profissional	356
3.	Pluralidade de domicílios	357
3.1.	Sistemas francês e alemão	357
3.2.	Opção brasileira	357
4.	Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?.....	358
5.	Espécies de domicílio	359
5.1.	Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado).....	359
5.1.1.	Inserindo o CDC no debate.....	359
5.2.	Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário).....	359
5.3.	Quanto ao âmbito espacial (geral/especial)	360
5.4.	A questão do domicílio ocasional	360
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	361
5.5.1.	Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica	361
5.5.2.	O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais	361
8.	BENS.....	362
1.	Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica.....	362
2.	A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens.....	363
3.	O conceito de patrimônio.....	364
3.1.	O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio.....	365
4.	Os bens como o objeto das relações jurídicas	365

5. Classificação dos bens: classificamos por quê?	366
5.1. Bem em si mesmos considerados	366
5.1.1. Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens)	366
5.1.1.1. Bens imóveis.....	367
5.1.1.1.1. Imóveis por natureza	367
5.1.1.1.2. Imóveis por acessão natural	367
5.1.1.1.3. Imóveis por acessão artificial ou industrial	367
5.1.1.1.4. Imóveis por determinação legal	367
5.1.1.2. Bens móveis	368
5.1.1.2.1. Bens móveis por natureza	368
5.1.1.2.2. Bens móveis por determinação legal.....	368
5.1.1.2.3. Bens móveis por antecipação.....	368
5.1.1.3. Repercussões pragmáticas da distinção	368
5.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	369
5.1.2.1. Bens fungíveis	369
5.1.2.2. Bens infungíveis	369
5.1.2.2.1. Infungíveis por natureza	369
5.1.2.2.2. Infungíveis por convenção	369
5.1.2.3. Repercussões pragmáticas da distinção	369
5.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	370
5.1.3.1. Bens consumíveis	370
5.1.3.2. Bens consumíveis por equiparação	370
5.1.3.3. Bens inconsumíveis	370
5.1.3.4. Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?.....	370
5.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis	371
5.1.4.1. Bens divisíveis	371
5.1.4.2. Bens indivisíveis	371
5.1.4.2.1. Indivisíveis por natureza	371
5.1.4.2.2. Indivisíveis por convenção	371
5.1.4.2.3. Indivisíveis por determinação legal	371
5.1.4.3. Repercussões pragmáticas da distinção	371
5.1.5. Bens singulares e coletivos	372
5.1.5.1. Bens singulares	372
5.1.5.2. Bens coletivos	372
5.1.6. A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	372
5.2. Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios	372
5.2.1. Bens principais	372
5.2.2. Bens acessórios	372
5.2.2.1. Frutos e produtos	373
5.2.2.2. Pertenças	373
5.2.2.3. Benfeitorias: conceito e espécies	373
5.2.3. Repercussões pragmáticas das distinções	374
5.3. Bens quanto à titularidade do domínio	374
5.4. Bens públicos.....	374
5.4.1. Bens públicos de uso comum	374
5.4.2. Bens públicos de uso especial	375
5.4.3. Bens públicos dominicais	375
5.4.3.1. Afetação e desafetação	375
5.4.3.2. Alienação de bem público	375
5.4.3.3. Usucapião de bem público	375
6. Coisas fora do comércio.....	376
7. Bem de família.....	376
7.1. Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo	376
7.2. Bem de família: dois perfis conceituais.....	376

7.2.1.	A proteção do imóvel do devedor sozinho.....	377
7.2.2.	Natureza jurídica do bem de família.....	377
7.3.	O bem de família convencional.....	377
7.3.1.	Extensão da proteção.....	377
7.3.2.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	378
7.3.3.	Legitimação para a instituição.....	378
7.3.4.	Duração.....	378
7.3.5.	A questão da solvência do instituidor.....	378
7.3.6.	A intervenção do Ministério Público.....	378
7.4.	O bem de família legal.....	378
7.4.1.	Noções conceituais e a questão do bem de menor valor.....	378
7.4.2.	Alargamento do objeto.....	379
7.4.3.	Característica do bem de família legal.....	379
7.4.4.	A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor.....	379
7.4.5.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	380
7.4.6.	Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva.....	381
7.4.7.	Questões processuais.....	381
9.	FATOS JURÍDICOS.....	382
1.	Alguns conceitos fundamentais.....	382
1.1.	Fato jurídico.....	382
1.2.	Suporte fático.....	382
1.3.	Incidência.....	383
1.4.	Relação jurídica.....	383
1.5.	Norma jurídica: regras e princípios.....	383
1.5.1.	Estrutura das regras jurídicas.....	383
1.5.1.1.	Regras dispositivas e regras cogentes.....	384
1.5.2.	Estrutura dos princípios.....	385
1.5.2.1.	Os princípios como pontes entre o social e o jurídico.....	385
2.	Planos do mundo jurídico.....	386
2.1.	Compreendendo os três planos.....	386
2.1.1.	Plano da existência.....	386
2.1.2.	Plano da validade.....	386
2.1.3.	Plano da eficácia.....	387
2.2.	Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico?.....	387
2.3.	Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos.....	387
3.	A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico?.....	388
4.	Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade.....	388
5.	O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante.....	389
6.	A crescente importância da interpretação em nossos dias.....	390
7.	Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais?.....	390
8.	Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies.....	392
8.1.	Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	392
8.2.	Ato-fato jurídico.....	392
8.2.1.	Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito?.....	392
8.3.	Ato jurídico.....	393
8.3.1.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	393
8.3.2.	Negócio jurídico.....	394
10.	CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	395
1.	Negócio jurídico: um conceito relativamente recente.....	395
1.1.	Posição monista e dualista.....	395
2.	Retomando algumas distinções.....	396
2.1.	Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil.....	396

2.2.	Distinção civilística entre causa e motivo	396
2.2.1.	Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias.....	397
3.	Classificação dos negócios jurídicos.....	398
3.1.	Unilaterais e plurilaterais	398
3.1.1.	Diferença entre parte e pessoa	398
3.1.2.	Negócios receptícios e não receptícios	398
3.2.	Solenes e não solenes (de forma livre).....	399
3.3.	Principais e acessórios	399
3.4.	Típicos e atípicos.....	399
3.5.	<i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	399
3.6.	<i>Intuitu personae</i> e im pessoais	399
3.7.	Gratuitos e onerosos	400
3.7.1.	Comutativos e aleatórios.....	400
3.7.1.1.	Bifrontes	400
3.8.	Simples e mistos (ou complexos).....	400
3.9.	Consensuais e reais.....	400
3.10.	A questão da aquisição originária ou derivada	401
3.11.	A questão dos negócios jurídicos processuais.....	401
4.	As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência	402
4.1.	A questão do silêncio: quem cala consente?	403
4.2.	Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?	404
4.3.	Princípio da conservação do negócio jurídico (<i>utile per inutile non vitiatur</i>): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção	404
5.	Elementos dos negócios jurídicos	405
5.1.	Agente capaz	405
5.1.1.	O conceito de ilegitimidade no direito civil.....	406
5.2.	Objeto lícito e possível	406
5.3.	Objeto determinado ou determinável	407
5.4.	Forma prescrita ou não defesa em lei	407
5.4.1.	Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o instrumento público substancial em certos atos.....	407
6.	Representação	408
6.1.	Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação	408
6.2.	A figura do negócio consigo mesmo	409
7.	Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo	410
7.1.	Condição	410
7.1.1.	Suspensivas e resolutivas.....	410
7.1.1.1.	Condição suspensiva	410
7.1.1.2.	Condição resolutiva	411
7.1.1.2.1.	Diferença essencial entre as hipóteses	411
7.1.2.	Lícitas e ilícitas	411
7.1.3.	Possíveis e impossíveis	411
7.1.3.1.	Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas	411
7.1.4.	Abuso de direito no implemento das condições	411
7.1.4.1.	Implemento impedido pela parte desfavorecida	411
7.1.4.2.	Implemento forçado pela parte favorecida	412
7.1.5.	Titular de direito eventual	412
7.2.	Termo	412
7.3.	Encargo ou modo	412

11. DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO..... 413

1.	Contextualização e características gerais.....	413
1.1.	A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções.....	413
1.2.	Vícios de consentimento e vícios sociais	414
2.	Erro	415

2.1.	Espécies de erro substancial.....	416
2.1.1.	Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	416
2.1.2.	Erro sobre o objeto principal da declaração (<i>error in corpore ou error in substantia</i>)	416
2.1.3.	Erro sobre a natureza do negócio (<i>error in negotium</i>)	416
2.1.4.	A questão do erro de direito (<i>error juris</i>)	416
2.2.	Responsabilidade civil por interesse negativo	416
2.3.	Retomando alguns pontos.....	417
2.3.1.	O que se deve entender por erro substancial ou essencial.....	417
2.3.1.1.	Erro escusável.....	417
2.3.2.	Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico?	418
2.3.3.	A questão do erro sobre o motivo.....	418
2.4.	Diferenciando erro de ignorância	418
2.5.	Diferenciando erro de vício redibitório.....	418
2.6.	Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	419
2.7.	Erro e conservação do negócio jurídico.....	419
3.	Dolo	420
3.1.	Dolo substancial e acidental, positivo e negativo, <i>bonus</i> e <i>malus</i>	420
3.2.	A questão do dolo recíproco: quais os limites da “compensação” entre os dolos?	421
3.3.	Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente.....	421
3.3.1.	Dolo praticado por uma das partes	421
3.3.2.	Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada....	421
3.3.3.	Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	421
3.4.	Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional.....	421
3.5.	O dolo como causa de danos indenizáveis.....	422
3.5.1.	A ausência do dever de informar.....	422
3.6.	Retomando alguns pontos.....	423
4.	Coação	423
4.1.	Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce	424
4.1.1.	Quando a coação é exercida por uma das partes	424
4.1.2.	Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	425
4.1.3.	Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	425
4.2.	Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	425
4.3.	Retomando e sublinhando certos pontos.....	425
5.	Lesão.....	426
5.1.	O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?.....	427
5.2.	Lesão e conservação dos contratos.....	428
6.	Estado de perigo	428
7.	Fraude contra credores.....	429
7.1.	Hipóteses legais	430
7.1.1.	Negócios de transmissão gratuita de bens	430
7.1.2.	Remissão de dívidas	430
7.1.3.	Contratos onerosos com presunção de fraude	430
7.1.4.	Pagamento antecipado de dívidas	430
7.1.5.	Concessão de garantias preferenciais	430
7.1.6.	Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento	431
7.2.	A ação pauliana	431
7.3.	Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução	431
7.3.1.	A fraude à execução e seus contornos	431
7.3.2.	Alienação de bem penhorado	432
8.	Prazos para arguir a anulabilidade	432
9.	Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	433

12. INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	435
1. Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje	435
2. Inválido: gênero e espécies	436
2.1. Nulo (nulidade)	436
2.2. Anulável (anulabilidade)	436
3. O inválido como fato jurídico	437
3.1. A invalidade como sanção	437
4. Distinções possíveis entre o nulo e o anulável	438
4.1. A questão (problemática) da ordem pública <i>versus</i> interesses privados	438
4.1.1. Críticas possíveis	438
4.1.1.1. É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?	438
4.1.1.2. Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais	438
4.1.1.3. O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?	439
4.2. A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz	439
4.2.1. A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo	439
4.3. A possibilidade de confirmação (ratificação)	440
4.4. A possibilidade de convalescência (sanabilidade do vício)	440
4.4.1. Prazos para alegar a anulabilidade	440
4.5. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da decisão judicial	440
4.6. Quanto às pessoas que podem invocá-las	440
4.7. Quanto à produção de efeitos	441
4.7.1. A razoabilidade e o negócio jurídico nulo	441
4.7.2. Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?	441
5. O sistema de nulidades do CDC	441
6. Outras classificações possíveis	442
6.1. Nulidade total e nulidade parcial	442
6.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa	442
6.3. Nulidade textual e nulidade virtual	442
7. Conversão do negócio jurídico	442
8. Simulação	443
8.1. Simulação absoluta e relativa	444
8.2. Negócio simulado e negócio dissimulado	444
8.2.1. Conceito e pressupostos da extraversão	445
13. ILÍCITOS CIVIS	446
1. Contextualização inicial e algumas precisões conceituais	446
2. Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?	447
3. Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?	448
3.1. Uma categoria com eficácia única?	448
3.2. Críticas à concepção da eficácia única	449
3.3. Convivendo com as outras eficácias	450
3.3.1. Ilícito indenizante	450
3.3.2. Ilícito caducificante	451
3.3.3. Ilícito autorizante	452
3.3.4. Ilícito invalidante	453
4. Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?	453
4.1. Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais	454
5. O abuso de direito ou ilícito funcional	454
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	456
14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	458
1. Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito	458
2. Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência	458
3. Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes	459

4.	Entendendo a prescrição	459
4.1.	A opção – equivocada – do Código Civil de 1916.....	460
4.2.	A opção – correta – do Código Civil de 2002.....	460
5.	Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante	461
6.	A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção	462
7.	Outras questões relevantes	462
7.1.	A questão das causas suspensivas e impeditivas	463
7.1.1.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria <i>contra non valentem</i>	463
7.2.	A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?	464
7.3.	A questão da interrupção da prescrição	464
7.4.	A questão da alegabilidade da prescrição	465
7.5.	A questão da exceção	465
7.6.	A questão da prescrição intercorrente	465
7.7.	Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso	466
7.8.	Esclarecendo alguns pontos	466
7.8.1.	Quem está sujeito à prescrição?	466
7.8.2.	Quais direitos estão sujeitos à prescrição?	466
7.9.	Prescrição e pandemia.....	467
8.	Prazos prescricionais	467
8.1.	No Código Civil.....	467
8.1.1.	Conhecendo os prazos legais.....	467
8.2.	No CDC.....	468
8.3.	A teoria da <i>actio nata</i>	468
8.3.1.	Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da <i>actio nata</i>	468
8.4.	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	469
8.5.	A questão das pretensões imprescritíveis	470
9.	Entendendo a decadência	470
9.1.	A opção do Código Civil.....	471
9.2.	As espécies de decadência.....	472
9.3.	A questão da alegabilidade da decadência	472
9.4.	Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência.....	472
9.5.	Quadros comparativos	473
10.	Alguns prazos de prescrição e decadência.....	474
15.	PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.....	475
1.	Prova: matéria referente ao direito material ou processual?	475
1.1.	O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?	476
2.	O que pode ser objeto da prova?	476
2.1.	O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório	477
3.	A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?	478
3.1.	Confissão	479
3.2.	Documento.....	480
3.2.1.	A fuga do papel.....	481
3.2.2.	O documento eletrônico no CPC/2015	481
3.3.	Testemunhas.....	482
3.3.1.	A questão da prova “exclusivamente testemunhal”	483
3.4.	Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?	483
3.4.1.	Presunções legais: relativa e absoluta	484
3.4.1.1.	As chamadas presunções absolutas (<i>juris et de jure</i>) são presunções?	484
3.4.2.	A questão da recusa de se submeter a exame médico.....	485
3.5.	Perícia.....	485
4.	Tendências que se fortalecem	486
4.1.	Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão	486
4.2.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	487

4.3. Negócios jurídicos sobre o ônus da prova	487
4.4. Presunções de nexos causal	488
4.5. Interpretação dos negócios jurídicos e a Lei da Liberdade Econômica	489

OBRIGAÇÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	495
---	-----

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	498
1. Noções gerais.....	498
1.1. Conceito de obrigações.....	498
1.2. Características essenciais	499
1.3. Evolução histórica.....	500
1.4. Introdução ao estudo das garantias	501
1.5. Posição no direito civil	502
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	502
1.6.1. O empresário e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19)	503
2. Elementos constitutivos das obrigações	503
2.1. Generalidades	503
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	503
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	504
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	505
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	505
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo.....	505
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário	505
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	506
3. Principais distinções	507
3.1. Direitos reais	507
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	508
3.1.2. Situações híbridas	508
3.1.3. Obrigações <i>propter rem</i>	509
3.2. Direitos da personalidade	509
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus	510
4. Fontes das obrigações	510
4.1. Introdução	510
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções	511
4.2.1. Negócio jurídico	511
4.2.2. Responsabilidade civil	512
4.2.3. Enriquecimento sem causa	512
4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações.....	513
5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações	513
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002.....	513
5.2. Princípio da socialidade.....	514
5.3. Princípio da eticidade.....	514
5.4. Princípio da operabilidade.....	515
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”).....	515
6.1. Introdução	515
6.2. Os deveres de conduta.....	516
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	516
6.2.2. Funções dos deveres de conduta.....	516
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	517
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional	518

6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	518
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	518
2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO	520
1. Introdução.....	520
2. Classificação quanto ao objeto.....	520
2.1. Obrigação de dar e de restituir.....	520
2.1.1. A obrigação de dar como processo.....	521
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	521
2.1.2.1. A impossibilidade nas obrigações de dar	522
2.1.2.2. A teoria dos riscos	523
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta.....	528
2.1.3.1. Generalidades	528
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	528
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar	529
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	529
2.2. Obrigação de fazer.....	531
2.2.1. Generalidades.....	531
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer (e as dificuldades resultantes da pandemia)	532
2.3. Obrigação de não fazer.....	534
2.3.1. Generalidades.....	534
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer	535
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	536
2.4.1. O Cumprimento da Sentença.....	537
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	538
3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS.....	539
1. Obrigações alternativas	539
1.1. Noções preliminares.....	539
1.2. Concentração	540
1.3. A obrigação alternativa como processo	541
1.4. Impossibilidade das prestações.....	541
2. Obrigações facultativas.....	543
3. Obrigações cumulativas	544
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	544
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	545
5.1. Introdução	545
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade	545
5.3. A indivisibilidade e as modalidades de obrigações.....	546
5.4. Efeitos da indivisibilidade das obrigações	547
6. Obrigações solidárias.....	548
6.1. Noções gerais.....	548
6.2. Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	550
6.3. Solidariedade ativa.....	551
6.3.1. Noções Gerais.....	551
6.3.2. A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada	552
6.4. Solidariedade passiva	552
6.4.1. Noções gerais	552
6.4.2. Remissão e renúncia à solidariedade	554
4. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO.....	555
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	555
1.1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	555

1.2. Regime das obrigações naturais.....	555
1.3. Espécies de obrigações naturais.....	556
1.3.1. Obrigações de trato social.....	556
1.3.2. Obrigações fundadas em imperativos morais	557
2. Classificação quanto ao conteúdo	557
2.1. Obrigações de meio e de resultado	557
2.2. Obrigações de garantia	557
5. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	559
1. Introdução.....	559
1.1. Vicissitudes da obrigação	559
1.2. O crédito como objeto do tráfego jurídico	559
2. Cessão de crédito.....	560
2.1. Noções gerais.....	560
2.2. Regime jurídico	560
2.3. Efeitos da cessão de crédito	563
2.4. Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos	565
3. Assunção de dívida	565
3.1. Conceito e noções gerais	565
3.2. Modalidades de assunção de dívida	566
3.3. Requisitos da assunção de dívida.....	567
3.4. Efeitos da assunção de dívida.....	568
3.5. Distinções com modelos jurídicos afins.....	568
4. Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	569
4.1. Noções gerais.....	569
4.2. Requisitos.....	571
4.3. Efeitos.....	572
4.4. Distinções com outros modelos jurídicos.....	572
5. Outras formas de transmissão das obrigações	573
5.1. Linhas gerais.....	573
5.2. Usufruto de créditos.....	573
5.3. Penhor de créditos.....	573
5.4. Cessão da garantia sobre o crédito	574
5.5. Endosso.....	575
6. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES I.....	576
1. Introdução	576
1.1. Premissas metodológicas.....	576
1.2. O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor	577
1.3. Natureza jurídica do adimplemento	577
1.4. O pagamento é somente um dever, ou também é um direito do credor?.....	578
1.5. Princípios norteadores do adimplemento.....	578
1.5.1. Princípio da pontualidade	578
1.5.2. Princípio da boa-fé objetiva.....	579
2. Requisitos subjetivos do pagamento.....	579
2.1. Quem paga – o <i>solvens</i>	579
2.1.1. Noções gerais	579
2.1.2. O terceiro interessado	580
2.1.3. O terceiro não interessado.....	581
2.2. Quem recebe – o <i>accipiens</i>	582
3. Requisitos objetivos do pagamento.....	584
3.1. Do objeto do pagamento	584
3.1.1. O art. 317 do CC: aspectos atuais	585
3.2. Da prova do pagamento.....	586

3.3. Local do pagamento.....	587
3.4. Tempo do pagamento	588
7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES ESPECIAIS DE PAGAMENTO	592
1. Introdução.....	592
2. Pagamento em consignação.....	592
2.1. Fundamentos da consignação.....	592
2.2. Modalidades de depósito.....	593
2.3. Hipóteses de admissão da consignação	593
2.4. Pressupostos da consignação.....	595
2.5. Questões polêmicas do depósito.....	596
3. Pagamento com sub-rogação	597
3.1. Noções introdutórias.....	597
3.2. Espécies de sub-rogação	597
3.3. Eficácia da sub-rogação.....	599
4. Imputação do pagamento	599
4.1. Considerações introdutórias.....	599
4.2. Elementos da imputação do pagamento.....	600
5. Dação em pagamento	601
5.1. Noções gerais.....	601
5.2. Requisitos.....	601
5.3. Aspectos relevantes.....	602
6. Novação	602
6.1. Noções gerais	602
6.2. Pressupostos da novação	603
6.3. Modalidades	604
6.4. Efeitos.....	605
7. Compensação.....	606
7.1. Noções gerais.....	606
7.2. Espécies.....	607
7.3. Limites à compensação.....	608
8. Confusão.....	609
8.1. Noções gerais.....	609
8.2. Requisitos.....	610
8.3. Efeitos.....	610
9. Remissão.....	611
9.1. Linhas gerais.....	611
9.2. Características	611
9.3. Efeitos.....	611
8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I	613
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas	613
2. Espécies de inadimplemento.....	614
2.1. Inadimplemento absoluto.....	614
2.1.1. Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação	614
2.1.2. Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	615
2.1.3. O caso fortuito e a força maior	616
2.1.3.1. A pandemia e a questão da força maior.....	616
2.1.3.2. A frustração do fim do contrato.....	618
2.1.4. A resolução da obrigação pelo inadimplemento	619
2.1.5. Inadimplemento mínimo	620
2.2. Mora.....	621
2.2.1. Mora do devedor	621

2.2.2. Mora do credor	624
2.2.3. Constituição em mora	624
2.2.4. Purgação da mora	626
2.3. Violação positiva do contrato.....	627

9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES 629

1. Perdas e danos	629
1.1. Noções gerais.....	629
2. Dano patrimonial.....	630
2.1. O dano emergente e o lucro cessante.....	630
2.2. Dano moral negocial	631
3. Juros.....	632
3.1. Noções introdutórias.....	632
3.2. Os juros moratórios no Código Civil	633
3.3. Os juros compensatórios no Código Civil	635
3.4. Os juros e as instituições financeiras	635
3.5. A capitalização dos juros.....	636
4. Cláusula penal.....	637
4.1. Noções introdutórias	637
4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	637
4.3. Modalidades de cláusula penal.....	638
4.4. O balanceamento da cláusula penal	639
5. Arras	640
5.1. Noções introdutórias.....	640
5.2. Arras confirmatórias.....	641
5.3. Arras penitenciais.....	642

RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	643
1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	643
1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação	644
1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável.....	645
2. Princípios da responsabilidade civil.....	646
2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	646
2.2. Princípio da solidariedade social	646
2.3. Princípio da prevenção	647
2.4. Princípio da reparação integral.....	647
3. As funções da responsabilidade civil	649
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	649
3.1.1. Função reparatória.....	649
3.1.2. Função punitiva.....	650
3.1.3. Função precaucional.....	651
3.2. A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual.....	652
4. Modalidades de responsabilidade civil	653
4.1. A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia	653
4.2. Responsabilidade pela violação positiva do contrato.....	654
4.3. Violação de deveres anexos.....	654
4.4. Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação.....	655
4.5. Responsabilidade pós-negocial: deveres anexos transcendem a obrigação	655
4.6. Responsabilidade transsubjética e os deveres anexos	656

4.7.	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	656
4.8.	O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	656
5.	Teoria subjetiva: pressupostos.....	657
5.1.	Ilícito civil.....	657
5.1.1.	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	657
5.1.2.	Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?.....	658
5.1.3.	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	658
5.1.4.	Excludentes de ilicitude civil.....	659
5.1.4.1.	Estado de necessidade (art. 188, II; arts. 929 e 930).....	660
5.1.4.1.1.	Estado de necessidade sem culpa pelo perigo.....	660
5.1.4.1.2.	Estado de necessidade com culpa pelo perigo.....	660
5.1.4.2.	Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único).....	661
5.1.4.2.1.	A questão da proporcionalidade na reação.....	661
5.1.4.2.2.	Legítima defesa que causa danos em terceiros.....	662
5.1.4.2.2.1.	Legítima defesa de terceiro.....	662
5.1.4.2.3.	Legítima defesa putativa.....	663
5.1.4.3.	Exercício regular de direito (art. 188, I).....	663
5.1.4.4.	Estrito cumprimento de dever legal.....	664
5.1.4.5.	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	664
5.1.5.	O abuso de direito como ato ilícito.....	665
5.1.5.1.	Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?.....	665
5.1.5.2.	O abuso de direito como cláusula geral.....	666
5.2.	A culpa.....	667
5.2.1.	A culpa e a responsabilidade civil.....	667
5.2.2.	A evolução do significado de culpa civil.....	667
5.2.3.	A culpa presumida.....	667
5.2.4.	A graduação da culpa.....	668
5.2.5.	O ilícito e a culpa.....	669
5.2.6.	A mitigação da reparação por equidade.....	669
5.2.7.	O renascimento da culpa.....	671
5.3.	O dano.....	672
5.3.1.	O dano como elemento essencial da responsabilidade civil.....	672
5.3.2.	O conceito de dano.....	672
5.3.3.	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	672
5.3.4.	A medida dos danos.....	673
5.3.5.	O dano patrimonial.....	673
5.3.5.1.	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	673
5.3.5.1.1.	Os danos emergentes (dano positivo).....	673
5.3.5.1.2.	Os lucros cessantes (dano negativo).....	674
5.3.5.1.3.	A perda da chance.....	674
5.3.5.1.3.1.	Perda da chance de obtenção de futura vantagem.....	674
5.3.5.1.3.2.	Perda da chance de se evitar um prejuízo.....	675
5.3.5.2.	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	675
5.3.5.2.1.	Dano reflexo ou em ricochete.....	675
5.3.5.2.2.	Danos certos ou incertos.....	675
5.3.5.2.3.	Danos presentes e futuros.....	676
5.3.6.	O dano moral (extrapatrimonial).....	676
5.3.6.1.	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	677
5.3.6.2.	Em busca de um conceito: o que é dano moral?.....	678
5.3.6.3.	Dano moral ou dano extrapatrimonial?.....	679
5.3.6.4.	Dano moral – compensação ou indenização?.....	679
5.3.6.5.	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória.....	680
5.3.6.6.	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	680

5.3.6.7.	O dano moral por inadimplemento obrigacional	680
5.3.6.8.	A titularidade do direito à reparação	681
5.3.6.8.1.	Os lesados diretos	681
5.3.6.8.1.1.	Os lesados diretos desprovidos de discernimento	681
5.3.6.8.1.2.	Os nascituros como lesados diretos	681
5.3.6.8.2.	Os lesados indiretos	681
5.3.6.9.	A pessoa jurídica como legitimada ativa.....	682
5.3.6.9.1.	A empresa e o dano moral	682
5.3.6.9.2.	O dano institucional como terceira via.....	682
5.3.6.10.	O dano moral coletivo	683
5.3.6.10.1.	O dano moral coletivo como uma pena civil	684
5.3.6.11.	Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades.....	685
5.3.6.11.1.	Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico	685
5.3.6.11.2.	Outras questões relativas à quantificação	686
5.3.6.12.	A pena civil: um brevíssimo contexto.....	687
5.3.7.	O dano estético.....	688
5.4.	O nexo causal	689
5.4.1.	O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	689
5.4.1.1.	A concausalidade	690
5.4.2.	Teorias do nexo causal.....	690
5.4.2.1.	Teoria da equivalência dos antecedentes causais	691
5.4.2.2.	Teoria da causalidade adequada	691
5.4.2.3.	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade.....	691
5.4.2.4.	Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual	692
5.4.3.	As excludentes da responsabilidade civil.....	693
5.4.3.1.	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	693
5.4.3.2.	O fato exclusivo da vítima	695
5.4.3.3.	O fato concorrente e a redução de danos.....	696
5.4.3.4.	O fato de terceiro.....	696
5.4.3.5.	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	697
5.4.3.6.	Causalidade virtual	699
5.4.3.7.	A questão atual dos múltiplos nexos de imputação	699
6.	Teoria objetiva.....	700
6.1.	Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento	700
6.2.	Teoria do risco criado: opção brasileira?	701
6.3.	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	702
6.4.	A repartição de riscos: o risco concorrente	703
6.5.	Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	703
6.6.	O risco de empresa ou do empreendimento.....	706
6.7.	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	706
6.8.	As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura.....	707
6.9.	A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social	708
7.	Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	708
7.1.	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil	708
7.2.	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	710
7.2.1.	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	710
7.3.	Danos causados por filhos maiores.....	711
7.4.	A responsabilidade civil dos incapazes.....	713
7.5.	Responsabilidade dos tutores e curadores	714
7.6.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados	716
7.6.1.	O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	717
7.6.2.	Outras questões relevantes.....	718
7.6.3.	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	719
7.7.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais	719

7.7.1.	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços.....	719
7.7.2.	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	720
7.7.3.	A polêmica questão do direito de regresso.....	721
7.8.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	722
7.8.1.	Contextualização normativa e situações possíveis.....	722
7.8.1.1.	Danos causados a hóspedes.....	722
7.8.1.2.	Danos causados a empregados do hotel.....	723
7.8.1.3.	Danos causados a terceiros.....	723
7.9.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	723
8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	724
8.1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	724
8.2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	725
8.2.1.	Danos causados por animais nas rodovias.....	727
8.3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	727
8.4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	728
8.4.1.	A queda anônima.....	728
8.4.2.	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	729
8.5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	730
8.5.1.	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos.....	730
8.5.2.	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	731
8.5.3.	Outras situações possíveis.....	732
8.5.3.1.	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	732
8.5.3.2.	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	733
8.5.3.3.	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	734

CONTRATOS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	735
---	-----

PARTE I DOS CONTRATOS EM GERAL

1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	739
1. O contrato e a Constituição Federal	739
1.1. A materialização dos contratos	739
1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	740
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	740
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	740
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	740
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	741
2.1. A evolução e o conceito do contrato.....	741
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	742
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	743
2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	745
1. A formação dos contratos paritários.....	745
1.1. Noções iniciais.....	745
1.2. Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	746
1.2.1. Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual	746

1.2.2.	Proposta e aceitação	747
1.2.2.1.	Força vinculante da proposta.....	748
1.2.2.2.	Circunstâncias do caso	748
1.2.3.	Aceitação.....	749
1.2.3.1.	A aceitação pelo silêncio.....	750
1.3.	Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	750
2.	A formação dos contratos massificados.....	751
2.1.	Oferta nos contratos civis de adesão.....	751
2.2.	Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	751
2.3.	Formação do contrato eletrônico.....	752
3.	Contrato preliminar	753
3.1.	Noções gerais.....	753
3.2.	Regime jurídico.....	754
3.2.1.	Execução e cláusula de arrependimento.....	754
3.2.2.	Contrato preliminar unilateral.....	755
3.3.	A promessa de doação.....	755
3.4.	A eficácia real do contrato preliminar	756
3.5.	O contrato preliminar impróprio	756
3.	A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL	758
1.	Noções iniciais.....	758
2.	O princípio da autonomia privada.....	758
2.1.	Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	758
2.2.	A autonomia contratual e a autonomia existencial	759
2.3.	A nova força obrigatória dos contratos.....	760
2.3.1.	O papel da lei.....	760
2.3.2.	O papel do juiz.....	761
3.	O princípio da boa-fé objetiva.....	761
3.1.	A boa-fé – histórico.....	761
3.2.	Noções preliminares.....	761
3.3.	A boa-fé como modelo no Código Civil	762
3.4.	Os deveres de conduta.....	763
3.4.1.	A função integrativa da boa-fé.....	763
3.4.2.	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	763
3.4.3.	As funções dos deveres de conduta.....	764
3.4.4.	Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	765
3.5.	A boa-fé e o abuso do direito	765
3.5.1.	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	766
3.5.2.	Categorias de exercícios abusivos do direito	766
3.5.2.1.	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial	766
3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium; supressio e surrectio</i>	767
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – <i>tu quoque</i>	768
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i>	768
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	769
3.7.	A boa-fé objetiva e a pandemia.....	769
4.	A função social do contrato	770
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	770
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico	771
4.3.	A função social interna do contrato	771
4.4.	A função social externa do contrato	772
4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	772
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	773
4.4.3.	O terceiro ofensor.....	774

5. Justiça contratual.....	775
5.1. Noções gerais.....	775
5.2. O equilíbrio contratual.....	776
5.2.1. A lesão.....	776
5.2.2. Da alteração das circunstâncias.....	777
5.2.3. A cláusula de <i>hardship</i>	779
4. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	780
1. Classificação estrutural dos contratos.....	780
1.1. Categorias contratuais.....	780
1.2. Classificações tradicionais.....	780
1.2.1. Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	780
1.2.2. Contratos onerosos e gratuitos.....	781
1.2.3. Contratos comutativos e aleatórios.....	782
1.2.3.1. Noções gerais.....	782
1.2.3.2. A alienação aleatória	782
1.2.4. Contratos consensuais e reais.....	783
1.2.5. Contratos solenes e não solenes	784
1.2.6. Contratos instantâneos e contratos de duração.....	784
1.2.7. Contratos principais e acessórios.....	785
1.2.8. Contratos <i>intuitu personae</i> e impensoais	785
2. Classificação funcional dos contratos	785
2.1. Classificações do contrato contemporâneo.....	785
2.2. O contrato de consumo	786
2.2.1. Os três sujeitos contratuais	786
2.2.2. Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes	786
2.2.3. Contratos empresariais	786
2.3. O contrato de adesão.....	787
2.4. As cláusulas contratuais gerais	788
2.4.1. Noções gerais.....	788
2.4.2. Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	789
2.5. O contrato-tipo	789
2.6. Contratos coletivos e acordos normativos.....	790
2.7. Contratos coativos e necessários.....	790
2.8. O contrato relacional	791
2.9. O contrato eletrônico.....	792
2.10. Contratos cativos de longa duração.....	792
2.11. Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	793
2.11.1. A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	794
3. Qualificação dos contratos.....	795
3.1. Qualificação e classificação dos contratos.....	795
3.2. Contratos típicos e atípicos.....	795
3.3. Contratos mistos e coligados	796
3.4. As redes contratuais.....	797
5. DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....	799
1. Introdução.....	799
2. Os elementos estruturais do negócio jurídico	799
3. A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	800
3.1. A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	800
3.2. O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos	801
3.3. Interpretação dos negócios gratuitos.....	801
3.4. Interpretação da declaração tácita de vontade.....	802

6. RELATIVIDADE DOS CONTRATOS	803
1. Estipulação em favor de terceiro	803
1.1. Noções gerais.....	803
1.2. Regime jurídico.....	804
1.3. O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	804
2. Promessa de fato de terceiro.....	805
3. Contrato com pessoa a declarar.....	805
3.1. Noções gerais.....	805
3.2. Regime jurídico.....	806
7. EFEITOS DOS CONTRATOS.....	808
1. Vícios redibitórios.....	808
1.1. Noções conceituais	808
1.2. Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	809
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	809
1.4. As ações edilícias.....	810
1.4.1. Prazos decadenciais	811
1.5. Os vícios redibitórios no CDC	812
2. Evicção.....	813
2.1. Noções conceituais	813
2.2. Fundamentação jurídica da garantia.....	814
2.3. Elementos da evicção.....	814
2.3.1. Privação do direito do adquirente	814
2.3.2. Preexistência do direito do terceiro.....	815
2.3.3. Privação judicial ou extrajudicial.....	816
2.4. Extensão da garantia	816
2.5. A denúncia da lide	818
8. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	819
1. Noções gerais.....	819
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	819
2.1. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	819
2.2. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	820
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	820
4. Extinção pela ineficácia	821
4.1. A cláusula resolutiva expressa	821
4.2. A cláusula de arrependimento	823
4.3. Resilição	823
4.3.1. Distrato ou resilição bilateral.....	823
4.3.2. Resilição unilateral	824
4.4. Rescisão.....	825
4.5. Resolução.....	826
4.5.1. Natureza da resolução	826
4.5.2. A impossibilidade superveniente da prestação.....	827
4.5.3. A extinção dos interesses objetivos do credor	828
4.5.3.1. Inexecução voluntária	829
4.5.3.2. Inexecução involuntária	829
4.5.4. A violação positiva do contrato.....	829
4.5.5. O adimplemento substancial.....	829
4.5.6. O inadimplemento antecipado.....	830
4.5.7. O cumprimento dos deveres anexos pelo credor.....	831
4.6. A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	831
4.7. A resolução pela frustração do fim do contrato	834
4.8. Extinção por morte de um dos contratantes	834

5. A exceção de contrato não cumprido.....	834
5.1. Noções gerais.....	834
5.2. O risco de descumprimento.....	836

PARTE II DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	839
1. Noções conceituais e natureza obrigacional.....	839
2. Classificação do contrato de compra e venda.....	840
3. Elementos essenciais da compra e venda.....	840
3.1. Generalidades.....	840
3.2. Consentimento.....	840
3.3. Preço.....	844
3.4. Coisa (objeto da compra e venda).....	846
4. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	846
4.1. Contextualização.....	846
4.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção.....	847
4.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (perecimento) da coisa adquirida.....	847
4.4. Responsabilidade pelas despesas.....	848
5. Situações especiais de compra e venda.....	848
5.1. Noções gerais.....	848
5.2. Venda por amostras.....	848
5.3. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	849
6. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda.....	851
6.1. Generalidades.....	851
6.2. Retrovenda.....	851
6.3. Venda a contento e venda sujeita à prova.....	852
6.4. Preempção ou preferência convencional.....	853
6.5. Reserva de domínio.....	855
6.6. Venda sobre documentos.....	856
2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA.....	858
1. Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	858
2. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	859
3. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	859
4. Aplicação das regras da compra e venda.....	859
5. Permuta de bens públicos.....	860
3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....	861
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação.....	861
2. Elementos caracterizadores.....	861
3. Classificação.....	862
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	862
5. Inversão da teoria dos riscos.....	863
6. O desfazimento do contrato estimatário e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé.....	863
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	863
4. CONTRATO DE DOAÇÃO.....	865
1. Generalidades sobre a doação.....	865
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	865
3. Classificação do contrato de doação.....	866

4. A promessa de doação	867
5. Elementos componentes do contrato de doação	867
5.1. O sujeito	867
5.2. O objeto.....	868
5.3. Mútuo consentimento.....	868
5.4. Forma	869
6. Vedações legais à doação	869
6.1. Noções gerais.....	869
6.2. Proibição de doação universal.....	869
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	869
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	870
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente	870
7. Situações especiais de doação.....	870
7.1. Generalidades	870
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	870
7.3. Doação remuneratória	872
7.4. Doação mista	872
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	872
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa	872
7.7. Doação de ascendente para descendente.....	872
7.8. Doação para entidade futura	873
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>)	873
8. Doação de bens públicos.....	873
9. Revogação da doação.....	874
9.1. A extinção da doação	874
9.2. A revogação da doação	874
9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	875
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	875
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	876
5. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	878
1. Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual	878
2. O comodato.....	878
2.1. Noções conceituais	878
2.2. Elementos caracterizadores do comodato.....	879
2.3. Prazo do empréstimo	880
2.4. Classificação do comodato.....	881
2.5. Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>)	881
2.6. Obrigações do comodatário	881
2.7. Obrigações do comodante.....	882
2.8. Comodato de bem público.....	882
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato	882
2.10. Extinção do comodato.....	883
3. O mútuo	883
3.1. Noções conceituais	883
3.2. Elementos caracterizadores do mútuo.....	883
3.3. Capacidade das partes envolvidas	884
3.4. Classificação do mútuo.....	884
3.5. Prazo do contrato de mútuo.....	884
3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício)	885
3.7. Extinção.....	886

6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	887
1. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características	887
2. Classificação do contrato de prestação de serviços	888
3. Objeto da prestação de serviços	888
4. Remuneração do prestador de serviços	889
4.1. Generalidades	889
4.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz	890
4.3. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente	890
5. Prazo de duração da prestação de serviços	890
6. Aliciamento do prestador de serviços	891
7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços	892
8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação	892
7. CONTRATO DE EMPREITADA	894
1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes	894
1.1. Conceito	894
1.2. O objeto da empreitada	895
1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista	895
2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro	895
3. Espécies de empreitada	896
3.1. Generalidades	896
3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra	896
3.3. Empreitada de materiais ou mista	897
3.4. Empreitada por administração	897
3.5. <i>Engineering</i>	897
4. O preço da empreitada	897
4.1. Noções gerais sobre o preço	897
4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço	898
5. O recebimento da obra	898
6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro	899
6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário	899
6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista	900
6.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído)	900
7. Proteção do direito autoral ao projeto de construção	901
8. Suspensão do contrato de empreitada	901
9. Extinção do contrato de empreitada	902
8. CONTRATO DE DEPÓSITO	904
1. Noções conceituais e características fundamentais	904
2. Classificação do contrato de depósito	905
3. Objeto do depósito	906
4. Espécies de depósito	907
5. Aplicação da teoria dos riscos	908
6. Obrigações das partes	908
6.1. Obrigações do depositante	908
6.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito	908
7. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil)	909
9. CONTRATO DE MANDATO	911
1. Noções conceituais e características fundamentais	911
2. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração	911
3. Classificação do contrato de mandato	912

4. Objeto do contrato de mandato	914
5. Sujeitos do contrato de mandato	914
5.1. Generalidades	914
5.2. Mandato conjunto ou simultâneo	914
5.3. Responsabilidade solidária no mandato	915
6. O subestabelecimento	915
7. Atuação das partes (mandante e mandatário)	916
7.1. Obrigações do mandante	916
7.2. Obrigações do mandatário	916
7.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário	917
8. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente)	917
9. Espécies de mandato	918
10. Irrevogabilidade do mandato	918
11. Mandato em causa própria	919
12. Extinção do contrato de mandato	919
10. CONTRATO DE CORRETAGEM	921
1. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas	921
2. Classificação	922
3. Espécies de corretagem	923
4. A remuneração do corretor	924
5. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?	926
6. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem	926
11. CONTRATO DE LOCAÇÃO	928
1. Campo de incidência do Código Civil	928
2. Elementos contratuais	929
2.1. Cessão do uso e gozo	929
2.2. Coisa infungível	930
2.3. Retribuição (aluguel)	930
2.4. Temporariedade (prazo)	931
3. Natureza jurídica	932
4. Obrigações dos contratantes	932
4.1. Obrigações do locador	932
4.2. Obrigações do locatário	935
4.3. Despejo e pandemia	935
5. Extinção da locação	935
5.1. Extinção da locação com prazo	935
5.2. Extinção da locação sem prazo	936
5.3. Extinção pela venda do bem locado	937
5.4. Extinção pelo inadimplemento	938
5.5. Extinção pela morte de uma das partes	938
12. CONTRATO DE FIANÇA	940
1. Noções gerais do contrato de fiança	940
2. Características primordiais	941
3. Regramento da fiança	943
4. Eficácia da fiança	944
5. Extinção da fiança	947
5.1. Decurso do prazo e exoneração do fiador	947
5.2. Morte do fiador	947
5.3. Causas imputáveis ao credor	947
5.4. Causas extintivas diretas genéricas	949
5.5. Causas extintivas indiretas	949

REAIS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	951
1. DIREITOS REAIS	953
1. Conceito	953
2. Características fundamentais dos direitos reais	953
2.1. Absolutismo	953
2.2. Sequela	954
2.3. Preferência	954
2.4. Taxatividade	955
3. A relação jurídica de direito real	955
4. Classificação	956
5. Obrigações <i>propter rem</i>	956
2. POSSE	958
1. Breve histórico da posse	958
2. Teorias e definição da posse	958
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny	958
2.2. Teoria objetiva de Ihering	959
2.3. Definição da posse	959
3. Natureza da posse	959
4. A função social da posse e o direito de moradia	961
4.1. Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana	961
4.2. A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada)	962
4.3. A legitimação da posse	965
4.4. A posse e os conflitos multitudinários	967
4.4.1. A tensão entre posse e propriedade	967
4.4.2. Intervenção do Ministério Público	967
4.4.3. As invasões coletivas	968
4.4.4. As ocupações coletivas	969
5. Objeto da posse	969
6. Desdobramento da posse	970
7. Composse	971
8. Detenção	972
9. Classificação da posse	975
9.1. Vícios objetivos da posse	976
9.2. Vício subjetivo da posse	977
10. Interversão (convalescimento) da posse	978
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte	979
11.1. Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis	979
11.1.1. Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária	979
11.1.2. Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade	981
11.1.2.1. A aquisição da posse coletiva	981
11.1.2.2. Aquisição titulada da posse de bens públicos	981
11.2. Conclusão	983
12. Efeitos	983
12.1. Direito aos frutos	983
12.2. Responsabilidade civil do possuidor	984
12.3. Direito às benfeitorias	984
12.3.1. Noções gerais	984
12.3.2. As benfeitorias e a posse	985
12.3.3. As benfeitorias e o direito de retenção	986
12.3.4. As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais	986

12.4. Direito à usucapião.....	987
12.5. Ações possessórias.....	987
12.5.1. Fundamento da proteção possessória.....	987
12.5.2. A tutela jurisdicional da posse.....	988
12.5.3. As ações possessórias em espécie.....	989
12.5.3.1. Reintegração de posse.....	990
12.5.3.2. Manutenção de posse.....	992
12.5.3.3. Interdito proibitório.....	992
12.5.3.4. Autoexecutoriedade.....	993
12.5.4. Aspectos processuais das ações possessórias.....	993
12.5.4.1. Aspectos gerais.....	993
12.5.4.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	995
12.5.4.2.1. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”.....	996
12.5.4.2.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”.....	999
12.5.4.3. Natureza dúplice das possessórias.....	999
12.5.4.4. Fungibilidade das possessórias.....	999
12.5.4.5. Cumulação de pedidos.....	1000
12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória.....	1000
12.6. A tutela da posse por outros mecanismos.....	1001
12.6.1. Imissão de posse.....	1001
12.6.2. Ação de nunciação de obra nova.....	1001

3. PROPRIEDADE 1003

1. Breve histórico da propriedade.....	1003
2. Propriedade e domínio.....	1004
3. Da propriedade às propriedades.....	1005
3.1. Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	1005
3.2. A propriedade intelectual.....	1005
3.3. A multipropriedade.....	1006
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	1007
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial.....	1007
6. Estrutura do direito de propriedade.....	1008
6.1. Faculdade de usar.....	1008
6.2. Faculdade de gozar.....	1009
6.3. Faculdade de dispor.....	1009
6.4. Faculdade de reivindicar.....	1009
7. Principais atributos da propriedade.....	1010
7.1. Exclusividade.....	1010
7.2. Perpetuidade.....	1010
7.3. Elasticidade e consolidação.....	1011
8. Função social das propriedades.....	1011
8.1. Generalidades.....	1011
8.2. Noção de função social.....	1012
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social.....	1012
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1013
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1013
8.6. Função social da propriedade rural.....	1014
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1016
8.8. Síntese.....	1017
9. A extensão das faculdades da propriedade.....	1017
10. Da descoberta.....	1018
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária.....	1019
11.1. Registro.....	1019
11.1.1. Princípios regentes.....	1019

11.1.2.	Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1019
11.1.3.	Aproximação entre o título e o modo.....	1020
11.1.4.	Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1021
11.1.5.	Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) - Lei n. 14.382/22.....	1022
11.1.6.	Função social registral.....	1023
11.1.7.	Atributos do registro.....	1023
11.1.8.	Distinções terminológicas.....	1029
11.2.	Usucapião.....	1029
11.2.1.	Breve histórico.....	1029
11.2.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1030
11.2.3.	Requisitos da usucapião.....	1030
11.2.3.1.	Requisitos pessoais.....	1030
11.2.3.2.	Requisitos reais.....	1032
11.2.3.3.	Requisitos formais.....	1034
11.2.3.3.1.	A Lei 14.010/2020 e a usucapião.....	1034
11.2.4.	Usucapião extraordinária.....	1035
11.2.5.	Usucapião ordinária.....	1036
11.2.5.1.	Justo título.....	1036
11.2.5.2.	Boa-fé.....	1037
11.2.6.	Usucapião tabular.....	1037
11.2.7.	Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	1038
11.2.8.	Usucapião especial (urbana).....	1038
11.2.9.	Usucapião urbana coletiva.....	1040
11.2.10.	Usucapião urbana administrativa.....	1041
11.2.11.	Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – alterada pela Lei 13.465/17.....	1043
11.2.12.	Usucapião rural.....	1044
11.2.13.	Usucapião indígena.....	1045
11.2.14.	Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	1045
11.2.15.	Usucapião pró-família.....	1046
11.2.16.	Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1047
11.2.17.	Usucapião como defesa.....	1049
11.3.	Acessão.....	1050
11.3.1.	Acessão natural.....	1050
11.3.2.	Acessão artificial – construções e plantações.....	1051
11.3.2.1.	Aspectos gerais.....	1051
11.3.2.2.	A tensão entre a propriedade e a posse.....	1052
11.3.2.3.	A desapropriação no interesse privado.....	1053
11.4.	Legitimação fundiária.....	1054
12.	Modos de perda da propriedade.....	1056
12.1.	Alienação.....	1056
12.2.	Renúncia.....	1057
12.3.	Abandono.....	1057
12.4.	Perecimento.....	1058
12.5.	Desapropriação.....	1058
13.	Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1059
13.1.	Ocupação.....	1059
13.2.	Achado do tesouro.....	1059
13.3.	Especificação.....	1060
13.4.	Confusão, comissão e adjunção.....	1060
13.5.	Usucapião.....	1061
13.6.	Tradição.....	1062
14.	Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	1063
15.	A propriedade aparente.....	1064
15.1.	A fragmentação do direito de propriedade.....	1064

15.2. O significado da propriedade aparente.....	1064
15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade	1064
16. Propriedade fiduciária	1065
16.1. Noções introdutórias.....	1065
16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica.....	1066
16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1066
16.4. Características da propriedade fiduciária.....	1067
16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	1069
16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69	1070
16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel	1072
16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17)	1072
16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	1075
16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1076
17. Propriedade superficiária	1076
17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1076
17.2. Conteúdo do direito de superfície	1077
17.3. Superfície e a laje	1079
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1080
17.5. Extinção do direito de superfície	1081
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1081
18. A Laje	1083
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1083
18.2. As espécies de laje	1084
4. DIREITOS DE VIZINHANÇA	1085
1. Noções gerais.....	1085
2. Uso anormal da propriedade.....	1086
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1086
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1087
2.3. Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito)	1087
3. Árvores limítrofes.....	1087
4. Passagem forçada.....	1088
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	1088
6. Das águas.....	1089
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1090
8. Direito de construir.....	1091
8.1. O direito de construir e a função social da propriedade	1091
8.2. O direito de construir no Código Civil	1092
5. CONDOMÍNIO	1095
1. Noções gerais.....	1095
2. Condomínio ordinário.....	1096
2.1. Classificação	1096
2.2. Conteúdo da cotitularidade	1096
2.3. Exercício da cotitularidade.....	1097
2.4. Extinção do condomínio voluntário	1098
2.5. Administração do condomínio	1100
2.6. Condomínio necessário	1100
3. Condomínio edilício	1101
3.1. Noções gerais.....	1101
3.2. Natureza jurídica	1102
3.3. Elementos constitutivos	1103

3.3.1.	Convenção de condomínio.....	1104
3.3.2.	Regimento interno.....	1105
3.4.	Direitos dos condôminos.....	1105
3.5.	Deveres dos condôminos.....	1107
3.6.	As sanções punitivas condominiais.....	1109
3.7.	O inadimplemento condominial.....	1111
3.8.	Administração do condomínio.....	1112
3.8.1.	Síndico.....	1112
3.8.2.	Assembleia geral.....	1113
3.8.3.	Conselho fiscal.....	1115
3.9.	Extinção do condomínio edilício.....	1115
3.10.	O condomínio e o direito real de laje.....	1115
4.	Condomínio de casas.....	1116
5.	O condomínio de lotes.....	1117
5.1.	Os “loteamentos fechados”.....	1117
5.2.	Os condomínios de lotes.....	1118
5.3.	O loteamento de acesso controlado.....	1119
6.	O Condomínio em Multipropriedade.....	1119
6.1.	Noções Gerais.....	1119
6.2.	A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1120
7.	Os fundos de investimento.....	1123
6.	DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....	1126
1.	Introdução.....	1126
2.	A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1126
3.	Direitos reais de fruição.....	1127
3.1.	Enfiteuse.....	1127
3.1.1.	Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	1127
3.1.2.	Noções gerais.....	1127
3.1.3.	Objeto.....	1127
3.1.4.	Modos de aquisição.....	1128
3.1.5.	Conteúdo.....	1128
3.1.6.	Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	1129
3.1.7.	Peculiaridades.....	1130
3.2.	Servidão.....	1130
3.2.1.	Breve histórico.....	1130
3.2.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1130
3.2.3.	Distinções necessárias.....	1131
3.2.4.	Classificação.....	1132
3.2.5.	Modos de constituição.....	1133
3.2.6.	Exercício.....	1134
3.2.7.	Extinção.....	1135
3.2.8.	Tutela processual das servidões.....	1136
3.3.	Usufruto.....	1136
3.3.1.	Conceito e características.....	1136
3.3.2.	Distinções necessárias.....	1137
3.3.3.	Objeto.....	1138
3.3.4.	Modos de constituição.....	1139
3.3.5.	Direitos do usufrutuário.....	1141
3.3.6.	Obrigações do usufrutuário.....	1142
3.3.7.	Extinção.....	1143
3.4.	Direito real de uso.....	1146
3.4.1.	O modelo do Código Civil.....	1146
3.4.2.	A concessão de direito real de uso.....	1146

3.4.3.	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1146
3.5.	Direito real de habitação.....	1147
4.	Direitos reais de garantia.....	1148
4.1.	Teoria geral.....	1148
4.1.1.	Características dos direitos reais de garantia	1149
4.1.2.	Princípios básicos dos direitos de garantia	1151
4.1.3.	Distinção entre direitos de garantia e de gozo.....	1152
4.2.	Penhor.....	1152
4.2.1.	Noções introdutórias	1152
4.2.2.	Características do penhor	1152
4.2.3.	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	1153
4.2.4.	Extinção do penhor.....	1154
4.2.5.	Modalidades de penhor	1155
4.2.5.1.	Penhor rural	1155
4.2.5.2.	Penhor industrial e mercantil	1157
4.2.5.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1157
4.2.5.4.	Penhor de veículos.....	1158
4.2.5.5.	Penhor legal.....	1159
4.3.	Hipoteca.....	1160
4.3.1.	Noções gerais	1160
4.3.2.	Modalidades de hipoteca	1162
4.3.2.1.	Hipoteca convencional	1162
4.3.2.2.	Hipoteca legal.....	1164
4.3.2.3.	Hipoteca judiciária	1165
4.3.2.4.	Hipotecas especiais	1165
4.3.2.5.	Hipoteca censual.....	1166
4.3.3.	Remição da hipoteca.....	1166
4.3.4.	Extinção da hipoteca.....	1168
4.4.	Anticrese.....	1169
5.	Direito real à aquisição – promessa de compra e venda.....	1170
5.1.	Noções gerais.....	1170
5.2.	A promessa como contrato preliminar	1170
5.2.1.	Noções gerais	1170
5.2.2.	Eficácia obrigacional	1171
5.2.3.	A eficácia real do contrato preliminar	1173
5.2.4.	O contrato preliminar impróprio.....	1173
5.2.5.	A adjudicação compulsória extrajudicial – Lei 14.382/22.....	1175
5.3.	A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1175
5.4.	Noções gerais acerca da extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18	1176

FAMÍLIA

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1179
---	------

1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS 1181

1.	As famílias.....	1181
1.1.	A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	1181
1.2.	A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família)	1182
2.	O direito das famílias.....	1183
2.1.	Noções conceituais	1183
2.2.	Estrutura do direito das famílias.....	1183

2.3. Objeto de estudo do direito das famílias	1183
2.4. A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias	1184
2.5. A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)	1184
2.6. A privacidade familiar.....	1185
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea	1185
4. Fontes do direito das famílias	1185
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	1186
5.1. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1186
5.2. A não taxatividade do rol constitucional.....	1186
5.3. Princípios constitucionais específicos do direito das famílias	1187
5.3.1. Princípio da pluralidade das entidades familiares	1187
5.3.2. Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	1191
5.3.3. Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	1191
5.3.4. Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental)	1191
5.3.5. Princípio da facilitação da dissolução do casamento	1194
6. A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1194
7. A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	1195
7.1. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva	1195
7.2. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	1196
8. A função social da família.....	1197
9. Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1197
10. a perda de uma chance nas relações de família.....	1199
2. O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)	1200
1. Uma visão constitucional do casamento	1200
2. Estrutura jurídica do casamento	1200
2.1. Noções conceituais	1200
2.2. Finalidades do casamento	1201
2.3. Natureza jurídica do casamento.....	1201
2.4. Características do casamento.....	1202
2.5. Prova do casamento.....	1203
2.6. Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1203
2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial)	1204
2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1204
2.9. Impedimentos matrimoniais.....	1205
2.9.1. Noções conceituais.....	1205
2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais	1205
2.9.3. Classificação dos impedimentos	1206
2.9.4. Impedimentos resultantes do parentesco	1206
2.9.5. Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1207
2.9.6. Impedimento resultante da prática de crime.....	1207
2.10. Causas suspensivas matrimoniais.....	1207
2.10.1. Noções conceituais.....	1207
2.10.2. Oposição das causas suspensivas.....	1207
2.10.3. Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1208
2.10.4. Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>)	1208
2.10.5. Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1208
2.10.6. Possibilidade de afastamento de causas suspensivas	1208
2.11. A habilitação para o casamento	1209
2.11.1. Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1209

2.11.2. A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1209
2.11.3. O procedimento de habilitação e as suas fases	1210
2.12. Casamento de militares.....	1211
2.13. Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro	1211
2.14. Contrato de emprego entre cônjuges.....	1211
3. Existência, validade e eficácia do casamento	1212
3.1. Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	1212
3.2. A existência do casamento.....	1212
3.3. A validade do casamento.....	1213
3.3.1. Generalidades.....	1213
3.3.2. O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1213
3.3.3. O casamento anulável (invalidade relativa).....	1214
3.3.4. Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge	1215
3.3.5. Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1216
3.3.6. O casamento putativo	1216
4. Celebração do casamento.....	1217
4.1. Noções gerais.....	1217
4.2. Formalidades da celebração	1217
4.3. O momento da celebração.....	1218
4.4. O casamento consular.....	1218
4.5. O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	1219
4.6. Conversão da união estável em casamento.....	1219
4.7. Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	1220
5. Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	1221
5.1. Generalidades	1221
5.2. Efeitos sociais	1221
5.3. Efeitos pessoais	1222
5.3.1. Noções gerais	1222
5.3.2. A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge	1222
5.3.3. Fixação do domicílio conjugal.....	1223
5.3.4. Os direitos e deveres recíprocos	1223
5.4. Efeitos patrimoniais.....	1224
5.5. A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	1224
5.6. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários	1225
3. O REGIME DE BENS DO CASAMENTO.....	1227
1. O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	1227
1.1. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	1227
1.2. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	1227
2. Lineamentos sobre o regime de bens	1228
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens.....	1228
2.2. Princípios norteadores do regime de bens.....	1228
2.2.1. Generalidades.....	1228
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens	1228
2.2.3. Variedade do regime de bens.....	1232
2.2.4. Mutabilidade motivada do regime de bens.....	1232
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento.....	1234
2.4. Regime de bens na união estável	1234
3. A administração de bens e a prática dos atos de disposição	1235
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas	1235

3.2.	Atos que independem do consentimento do consorte	1235
3.3.	A proteção dos terceiros de boa-fé	1236
3.4.	Atos que dependem do consentimento do cônjuge	1236
3.4.1.	A exigência de consentimento para determinados atos	1236
3.4.2.	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável	1237
3.4.3.	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens	1238
3.4.4.	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento	1238
3.4.5.	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge	1239
3.4.6.	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes	1239
4.	O pacto antenupcial	1239
4.1.	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	1239
4.2.	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	1240
4.3.	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	1241
4.4.	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	1241
5.	Os diferentes regimes de bens	1241
5.1.	Generalidades	1241
5.2.	O regime de comunhão parcial de bens	1241
5.3.	O regime de comunhão universal de bens	1243
5.4.	O regime de separação convencional ou absoluta de bens	1244
5.5.	O regime de participação final nos aquestos	1245
4.	A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO)	1247
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	1247
2.	A dissolução do casamento	1248
2.1.	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento	1248
2.2.	O sistema de dissolução do casamento: unificado ou dualista?	1248
2.3.	Um réquiem para a separação: se ainda não morreu, está moribunda	1249
2.4.	Hipóteses de cabimento da separação (se admitida a sua incidência, na forma do Código de Processo Civil de 2015)	1250
2.5.	Questões intertemporais para a hipótese de eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro	1251
2.6.	A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	1251
2.7.	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	1252
2.8.	A dissolução do casamento pela morte	1253
2.9.	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	1253
3.	O divórcio	1254
3.1.	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	1254
3.2.	Noções conceituais	1254
3.3.	Requisito constitucional único para o divórcio	1255
3.4.	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015)	1255
3.5.	Superação do regime diferenciado do divórcio	1256
3.6.	O divórcio litigioso e o divórcio consensual	1256
3.7.	O divórcio consensual	1256
3.7.1.	Generalidades	1256
3.7.2.	O divórcio consensual em juízo	1256
3.7.3.	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	1257
3.8.	O divórcio litigioso	1258
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio	1258
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	1260
5.1.	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	1260
5.2.	Outras controvérsias patrimoniais relevantes	1261

5. A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL)	1263
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	1263
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	1264
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias.....	1265
3.1. A união livre e a sociedade de fato.....	1265
3.2. O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico	1265
3.3. A união estável.....	1266
3.4. O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa	1266
4. Elementos caracterizadores da união estável	1267
4.1. Noções gerais.....	1267
4.2. O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	1267
4.3. A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas).....	1268
4.4. A estabilidade	1269
4.5. A continuidade.....	1269
4.6. A publicidade	1269
4.7. A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	1269
4.8. A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	1270
5. Efeitos pessoais da união estável	1271
5.1. As relações pessoais entre os companheiros.....	1271
5.2. Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	1272
5.3. Direito ao uso do sobrenome do companheiro	1272
5.4. Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	1273
5.5. Adoção por companheiros.....	1273
5.6. Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	1273
5.7. Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	1273
5.8. A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	1274
5.9. Enquadramento como herdeiro necessário.....	1274
5.10. Impedimento para testemunhar	1274
6. Efeitos patrimoniais	1275
6.1. As consequências econômicas da união estável	1275
6.2. O regime de bens e o direito à meação.....	1275
6.3. O contrato de convivência na união estável e seus efeitos.....	1277
6.3.1. Contornos gerais do contrato de convivência.....	1277
6.3.2. Celebração do contrato de convivência e modificabilidade	1277
6.3.3. Eficácia do pacto convivencial	1277
6.3.4. Conteúdo.....	1278
6.3.5. O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	1278
6.3.6. O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	1279
6.4. Alimentos na união estável	1279
6.5. Direito aos benefícios previdenciários	1279
6.6. Efeitos tributários	1280
6.7. Impenhorabilidade do bem de família	1280
7. Conversão da união estável em casamento.....	1280
8. Aspectos processuais da união estável.....	1281
9. Ações típicas da união estável.....	1281
6. O PARENTESCO.....	1283
1. Noções conceituais sobre o parentesco	1283
1.1. O vínculo parental: linhas e graus	1284
1.2. Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	1285
2. As espécies de parentesco.....	1285
2.1. Espécies de parentesco	1285

2.2. O parentesco por afinidade	1286
2.3. O parentesco e a obrigação alimentar	1287
7. A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS	1288
1. A filiação à luz do direito civil-constitucional	1288
2. Noções elementares sobre a filiação	1288
2.1. Noções conceituais sobre a filiação	1288
2.2. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho	1289
2.3. A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel")	1290
2.4. A questão da responsabilidade civil na filiação	1290
2.5. O parto anônimo ("roda dos enjeitados") e a questão filiatória	1292
2.6. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente	1293
3. Critérios determinantes da filiação	1293
3.1. Generalidades	1293
3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	1294
3.2.1. O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	1294
3.2.2. A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos	1294
3.2.3. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	1295
3.2.4. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	1295
3.2.5. A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	1298
3.3. Critério biológico (exame DNA)	1298
3.4. Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	1299
3.5. A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)	1300
3.6. A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos	1301
4. O reconhecimento de filhos	1302
4.1. O reconhecimento voluntário de filhos	1302
4.2. O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	1304
4.3. O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade)	1304
4.3.1. Generalidades	1304
4.3.2. Legitimidade ativa	1306
4.3.3. Legitimidade passiva	1307
4.3.4. Litisconsórcio	1307
4.3.5. Competência	1308
4.3.6. A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	1308
4.3.7. A prova nas ações investigatórias de parentalidade	1308
4.3.8. A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	1310
4.3.9. A coisa julgada nas ações filiatórias	1310
8. A GUARDA DE FILHOS	1311
1. A guarda em visão conforme a Constituição	1311
2. O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro	1311
3. A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente	1312
4. A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada	1314
5. A guarda compartilhada	1314
5.1. Noções gerais sobre a guarda compartilhada	1314
5.2. Critérios para o seu compartilhamento da guarda	1315
5.3. A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado	1315
6. O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral	1316
9. OS ALIMENTOS	1317
1. Os alimentos na visão civil-constitucional	1317

2. Noções gerais sobre os alimentos.....	1318
2.1. Noções conceituais e natureza jurídica.....	1318
2.2. Características	1318
2.2.1. Caráter personalíssimo	1318
2.2.2. Irrenunciabilidade.....	1319
2.2.3. Atualidade	1319
2.2.4. Futuridade	1320
2.2.5. Imprescritibilidade.....	1320
2.2.6. (In)Transmissibilidade	1320
2.2.7. A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	1321
2.2.8. Irrepetibilidade	1322
2.2.9. Incompensabilidade.....	1323
2.2.10. Impenhorabilidade	1323
2.3. Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	1323
2.3.1. Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar	1323
2.3.2. Alimentos entre cônjuges.....	1323
2.3.3. Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	1324
2.3.4. Alimentos decorrentes do parentesco.....	1324
2.3.5. Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos)	1325
2.4. Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	1325
2.5. A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	1326
3. Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	1326
3.1. Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	1326
3.2. Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	1327
3.3. Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	1327
3.4. Alimentos transitórios.....	1327
4. A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	1328
5. A prisão civil do devedor de alimentos.....	1329
6. A execução dos alimentos pretéritos	1330
7. A prestação de contas em alimentos	1330

10. A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA) 1331

1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	1331
2. A tutela.....	1332
2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10).....	1332
2.2. Noções conceituais sobre a tutela.....	1332
2.3. Modalidades de tutela	1333
2.4. Manifestação de vontade do tutelado	1334
2.5. Incapacidade para a tutela.....	1334
2.6. Escusa dos tutores.....	1334
2.7. Garantia da tutela.....	1335
2.8. O protutor	1335
2.9. Exercício da tutela	1335
2.9.1. Generalidades.....	1335
2.9.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	1336
2.9.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	1336
2.10. Responsabilidade judicial na tutela.....	1337
2.11. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)....	1337
2.12. Prestação de contas.....	1337
2.13. Extinção da tutela.....	1338
3. A curatela	1338

3.1. Noções conceituais sobre a curatela	1338
3.2. O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil	1339
3.3. Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1340
3.4. A curatela especial do nascituro.....	1342
3.5. As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	1342
3.6. A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência)	1344
3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades	1344
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1345
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional)	1345
3.8.2. A ação de curatela.....	1345
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela	1349
11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO	1351
1. Uma visão constitucional da adoção.....	1351
2. Generalidades sobre a adoção.....	1352
2.1. Noções conceituais	1352
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1352
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1353
2.4. O estágio de convivência	1354
2.5. Legitimidade para a adoção	1354
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1355
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1356
2.8. A adoção “à brasileira”	1356
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1357
2.10. A adoção póstuma.....	1357
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1358
2.12. Efeitos jurídicos da adoção.....	1358
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1359
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal	1359
3. Aspectos processuais da adoção	1360
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção.....	1360
3.2. Competência	1360
3.3. A atuação do Ministério Público.....	1360
3.4. O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção	1361
3.5. A sentença no procedimento de adoção	1361

SUCESSÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1363
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES	1365
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	1365
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	1366
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas	1366
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais.....	1366
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório	1368
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	1368
2.5. Contas bancárias conjuntas.....	1368

2.6. Seguro de vida.....	1369
3. O direito das sucessões.....	1369
3.1. A sucessão na perspectiva constitucional	1369
3.2. A função social da sucessão	1370
3.3. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1370
4. Terminologias essenciais.....	1370
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	1370
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário.....	1370
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	1371
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários).....	1371
4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1372
4.6. Herdeiro universal.....	1373
4.7. Herança e espólio.....	1373
4.8. Herança e meação	1373
4.9. Herança e a aceitação com benefício de inventário.....	1374
4.10. Inventário e partilha.....	1374
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões	1374
6. O planejamento sucessório.....	1375
2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL).....	1376
1. Linhas gerais sobre a morte.....	1376
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	1376
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	1377
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	1377
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	1378
1.5. A comoriência	1379
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	1380
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	1381
2.1. A abertura da sucessão	1381
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>)	1382
2.2.1. Generalidades.....	1382
2.2.2. Fixação da norma material sucessória	1382
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória	1383
2.2.4. Cálculo da legítima	1383
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário	1384
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	1385
3.1. Sobre a legitimação sucessória	1385
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1385
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	1386
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	1387
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	1388
4. A indignidade e a deserdação	1390
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação.....	1390
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	1390
4.3. Necessidade de reconhecimento judicial	1390
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação	1391
4.5. O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	1391
4.6. A indignidade	1392
4.6.1. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	1392
4.6.2. Hipóteses de cabimento	1392
4.6.3. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido).....	1394
4.7. A deserdação	1395
4.7.1. Pressupostos da deserdação	1395

4.7.2.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários.....	1395
4.7.3.	A deserdação <i>bona mente</i> (<i>pro bono</i>).....	1397
4.7.4.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	1397
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	1397
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários	1397
5.2.	Direito de preferência ou prelação	1398
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	1399
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário	1399
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	1400
6.	A aceitação da herança	1400
6.1.	Noções conceituais	1400
6.2.	Aceitação da herança com benefício de inventário.....	1401
6.3.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade).....	1401
6.4.	Integralidade da aceitação.....	1401
6.5.	Formas de aceitação da herança.....	1402
6.6.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança.....	1402
7.	A renúncia da herança.....	1403
7.1.	Generalidades e noções conceituais	1403
7.2.	Requisitos da renúncia da herança	1403
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	1404
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	1405
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	1405
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	1406
8.	A petição de herança	1406
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	1406
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	1407
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança	1407
8.4.	O objeto da petição de herança	1408
8.5.	A prescritibilidade da pretensão de petição de herança	1408
8.6.	Efeitos da petição de herança.....	1409
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente	1409
3.	A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI)	1410
1.	Noções gerais sobre a sucessão legítima	1410
2.	A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	1411
3.	A herança jacente e a herança vacante	1411
3.1.	Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído	1411
3.2.	A herança jacente	1412
3.3.	A herança vacante.....	1412
3.4.	Abertura simplificada da vacância.....	1413
3.5.	Direito de cobrança de créditos	1413
4.	A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	1413
4.1.	Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	1413
4.2.	Campo de aplicação.....	1414
4.3.	Linhas de incidência da sucessão por representação	1414
4.4.	Pressupostos para a sucessão por representação	1415
4.5.	Efeitos da sucessão por representação	1415
5.	A sucessão dos descendentes	1415
5.1.	Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	1415
5.2.	Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	1416
5.3.	A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	1416
6.	A sucessão dos ascendentes.....	1417
7.	A sucessão do cônjuge.....	1418
7.1.	Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	1418

7.2.	A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	1418
7.3.	A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato	1418
7.4.	A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança	1419
7.4.1.	A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança)	1419
7.4.2.	A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido	1420
7.4.3.	Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes	1421
7.4.4.	Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes	1422
7.5.	A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança	1422
7.6.	O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência)	1423
7.7.	O direito real de habitação do cônjuge	1423
8.	A sucessão dos companheiros	1424
9.	A sucessão dos colaterais	1426

4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO) 1428

1.	Noções conceituais, objeto e características do testamento	1428
1.1.	Noções conceituais sobre o testamento	1428
1.2.	O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	1429
1.3.	A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	1429
1.4.	A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas)	1430
1.5.	Características fundamentais do testamento	1431
1.6.	A proibição do pacto sucessório	1432
2.	Capacidade testamentária	1433
2.1.	Lineamentos gerais	1433
2.2.	A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar)	1433
2.3.	Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	1434
2.4.	A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	1435
2.5.	Prazo para a impugnação do testamento	1435
3.	As diferentes formas testamentárias	1435
3.1.	Referências gerais	1435
3.2.	As testemunhas testamentárias	1436
3.3.	Testamento público	1437
3.4.	Testamento cerrado, secreto ou místico	1438
3.5.	Testamento particular ou hológrafo (inteiramente escrito pelo testador)	1439
3.6.	Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	1441
3.7.	Testamentos especiais: militar	1441
3.8.	A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos	1442
4.	O codicilo	1443
4.1.	Noções conceituais	1443
4.2.	Objeto do codicilo	1444
4.3.	Revogação do codicilo	1444
5.	As cláusulas testamentárias	1445
5.1.	Introdução: as disposições testamentárias	1445
5.2.	A nulidade das cláusulas derogatórias	1445
5.3.	Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	1446
5.4.	Interpretação das disposições testamentárias	1447
5.5.	Invalidez das disposições testamentárias	1447
5.6.	Nomeação por certo motivo	1449
5.7.	Cláusulas testamentárias restritivas	1449
5.7.1.	Generalidades	1449
5.7.2.	Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima	1450

5.7.3.	Mitigação das cláusulas restritivas	1451
5.7.4.	Extensão temporal da cláusula restritiva	1451
6.	A redução das cláusulas testamentárias	1452
7.	O direito de acrescer	1453
7.1.	O direito de acrescer no campo sucessório	1453
7.2.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros	1453
7.3.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários	1454
7.4.	Direito de acrescer no legado de usufruto	1454
8.	O testamenteiro	1454
8.1.	Noções gerais	1454
8.2.	Funções do testamenteiro	1455
8.3.	Aceitação do encargo pelo testamenteiro	1456
8.4.	Remuneração do testamenteiro	1456
9.	A substituição testamentária	1457
9.1.	Sobre a possibilidade de substituição testamentária	1457
9.2.	Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro	1457
9.3.	A substituição vulgar ou ordinária	1457
9.4.	A substituição recíproca	1458
9.5.	A substituição fideicomissária	1458
10.	Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento	1459
10.1.	Noções gerais sobre a extinção do testamento	1459
10.2.	Extinção do testamento por invalidade	1460
10.3.	Caducidade do testamento	1460
10.4.	Revogação do testamento	1461
10.5.	Rompimento do testamento	1461
5.	INVENTÁRIOS E PARTILHAS	1463
1.	Noções gerais sobre o inventário	1463
2.	O procedimento de inventário	1464
2.1.	O procedimento contencioso de inventário	1464
2.2.	O inventário negativo	1464
2.3.	Os diferentes procedimentos de inventário	1464
2.4.	O procedimento tradicional de inventário	1465
2.5.	O arrolamento sumário	1465
2.6.	O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo)	1466
2.7.	O inventário extrajudicial	1466
2.8.	O alvará judicial	1468
2.9.	A partilha por ato entre vivos	1469
3.	Competência	1469
4.	Prazo de abertura	1470
5.	Legitimidade para a abertura do inventário	1471
6.	Valor da causa e custas processuais	1472
7.	Questões de alta indagação	1472
8.	O inventariante	1473
8.1.	Noções gerais	1473
8.2.	A nomeação do inventariante	1473
8.3.	A inventariança e a representação do espólio	1474
8.4.	As atribuições	1475
8.5.	A remoção e a destituição do inventariante	1475
9.	O procedimento (comum) de inventário	1476
9.1.	Generalidades	1476
9.2.	Petição inicial	1476
9.3.	As primeiras declarações e as científicas (citações e intimações)	1476
9.4.	Intervenção do Ministério Público	1477

9.5. Impugnações.....	1477
9.6. Avaliações	1477
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário	1478
9.8. Pagamento das dívidas do falecido.....	1478
9.9. Sonegados.....	1479
9.10. Colação e redução das doações inoficiosas	1480
9.10.1. Generalidades	1480
9.10.2. Alcance subjetivo da colação	1480
9.10.3. Cálculo do bem a ser colacionado	1481
9.10.4. Dispensa da colação	1481
9.11. A partilha.....	1481
9.11.1. Noções conceituais.....	1481
9.11.2. Espécies de partilha	1482
9.11.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	1483
9.11.4. A emenda da partilha e a sobrepartilha.....	1484

BIBLIOGRAFIA	1485
---------------------------	-------------